

PRÓLOGO

O livro é uma interpretação de Brasília, mais precisamente, da *arquitetura da cidade* – a maneira como são dispostos os edifícios, como eles definem ruas, praças, parques, áreas verdes, e como isso afeta a vida de habitantes ou visitantes. A visão abarca três tempos e dois objetos de atenção. Eles se interceptam.

Os tempos referem-se 1) ao momento do projeto e como Lucio Costa o via em 1957 ou pouco depois; 2) a uma leitura da cidade hoje, fruto da vivência (moro nela desde 1972) e de resultados de pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas (que continuam); 3) a um hipotético futuro, não como projeção de tendências atuais, mas como um *cenário do desejo*, um desenho de cidade em função de qualidades almejadas. Tendências serão comentadas, mas o futuro desenhado será, em grande medida, a sua negação, pois elas sugerem um futuro penoso, pelo menos para a maioria dos habitantes.

Os objetos de atenção referem-se 1) à cidade existente vista como arquitetura (ela pode ser considerada de outras maneiras) e 2) aos discursos sobre ela, de Lucio Costa, de outros arquitetos ou pesquisadores, da população em geral. A definição dos objetos inspira-se em texto recente de Rouanet, que bebe em Marx, Benjamim e Freud¹. Rouanet sintetiza: a realidade manifesta-se nas maneiras *empírica* e *onírica*. A realidade empírica é a dos *fatos*, prenhe de problemas e sempre sujeita a transformações para melhor – no caso, a arquitetura da capital. A onírica é a do *desejo*, manifestado nos sonhos, que vislumbram uma nova realidade. Todavia, sonhos manifestam-se por *mitos* ou por *utopias*. Mitos ocorrem quando a repressão vence o desejo do novo. Eles são a derrota do desejo, que se mostra como “*fantasmagorias*” (Freud) a mascarar, transfigurar, deformar a realidade pelo medo do novo, reprimido. Por extensão,

¹ ROUANET, Sergio Paulo. “Aspectos subjetivos da cidade”. As ideias foram trabalhadas antes em HOLANDA, Frederico de. “Brasília - proposta, presente desejo”.

“afirmações fantasiosas, inverídicas”². Ao contrário, a utopia é a vitória do desejo.

Tomo liberdades com os conceitos *fato, mito, utopia*. Vejam a quarta acepção do Houaiss para *utopia*: “projeto alternativo de organização social capaz de indicar potencialidades realizáveis e concretas em uma determinada ordem política constituída, contribuindo desta maneira para sua transformação”. Substituíam “organização social” por “arquitetura da cidade” e a definição não perde em justeza. Por extensão, utopia é transgressão do *status quo*, mas também inovação, avanço, progresso, aperfeiçoamento do existente. Utópica é a arquitetura que transcende limites de espaço e de tempo; pode ter sido realizada no passado e ter atributos que a fazem valer hoje e sempre. Utópicos são o Parthenon, a Torre Eiffel, a Casa da Cascata... Ao contrário, se a arquitetura não rompe limites, ela pode ser *conservadora* – reproduz a realidade penosa que o desejo aspira superar – ou *regressiva* – é pior que a norma vigente.

Foi e continua sendo comum representar Brasília como “utópica”. Será? O que o projeto de Lucio Costa implica? Transgride, avança, inova? Em que direções? Na representação do seu arquiteto, em muitas, mas quão razoável é a representação? Em certos aspectos, representações iniciais sobrevivem, em outros se revelam *míticas*. Mitos perpassam a apologia e a crítica da cidade, o “ame-a” e o “deixe-a”. As “fantasias” serão caracterizadas por contraposição à *verdade*. Não é outra a função da pesquisa científica. Não sou “pós-moderno” – o conhecimento não é um conjunto de “narrativas” subjetivas de validade supostamente equivalente. Alinho-me aos que acreditam na legitimidade epistemológica da *verdade objetiva dos fatos*, sociais ou naturais, contra as imposturas da “epistemologia pós-moderna” que tudo relativiza³.

Entretanto, a arquitetura tem vários desempenhos pelos quais somos afetados de diversas maneiras: funciona bem para as práticas que abriga?

² HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Nona acepção para “mito”.

³ Ver o clássico SOKAL, Alan, BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuais – o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos*, e, mais recentemente, o excelente BENSON, Ophelia, STANGROOM, Jeremy. *Why truth matters*.

sentimo-nos confortáveis quanto a calor ou frio? emociona pela beleza? facilita o convívio entre diferentes classes sociais, etnias, gêneros, gerações – quintessência da *urbanidade*? Embora aborde vários desempenhos, o foco está no último: o *desempenho sociológico da arquitetura*, eixo da pesquisa que desenvolvo⁴. A discussão está no Cap. 1.

Um edifício, um bairro, uma cidade, pode nos afetar contraditoriamente: um edifício *belo* pode ser *desconfortável*. Resulta que, de certo ponto de vista, ela pode ser utópica; de outro, conservadora, ou mesmo regressiva. As contradições são extremas em Brasília.

A capital brasileira é uma conurbação de 2.917.833 de habitantes, dos quais 2.455.903 estão dentro das fronteiras do Distrito Federal (DF) e os demais em municípios limítrofes de Goiás⁵. Os elementos originalmente projetados por Lucio Costa estão nas Regiões Administrativas (RAs) denominadas “RA I – Brasília”, “RA XVI – Lago Sul” e “RA XVIII – Lago Norte”⁶. Elas abrigam 12% da população do DF. Os restantes 88% estão em outras 26 RAs – as “cidades-satélites”. São antes núcleos dormitórios que cidades; sua relativa autonomia é mínima. Melhor seria denominá-las “bairros”; este é seu papel no todo a que pertencem.

No entanto, neste livro, “Brasília” é a parte da metrópole intrafronteiras do DF⁷. Consolidou-se a denominação “Plano Piloto” (ou “Plano”, na fala dos brasilienses), só para os dois eixos e seu entorno imediato, que se cruzam no core da metrópole – Eixo Rodoviário e Eixo Monumental. A denominação abarca menos que os elementos do projeto inicial de Lucio Costa, que incluía as “casas individuais” nas margens nordeste e sudeste do Lago

⁴ *Arquitetura sociológica – um olhar sobre os lugares* é o projeto de pesquisa em curso, com o apoio do CNPq sob forma de Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

⁵ IBGE. *Contagem da População 2007 e Estimativas da População 2007*. Demograficamente, o IBGE considera o DF como município. Pela contagem, ele torna-se o quarto em população no Brasil, depois de São Paulo (10.886.518 hab.), Rio de Janeiro (6.093.472 hab.) e Salvador (2.892.625 hab.). Considerados os municípios da oficial RIDE (Região Integrada do Entorno), a região chega a 3.070.805 hab. No período 1991-2000 a metrópole de Brasília cresceu mais que as demais regiões metropolitanas brasileiras (2,92% ao ano). Nada indica que tenha perdido a primazia: o índice no período de 2000-2007 foi de 4,02% ao ano. (IBGE, *op. cit.*)

⁶ O DF divide-se em 30 “Regiões Administrativas”, com “administradores regionais” indicados pelo governador. A divisão é recente – até 2003 eram 19 regiões, depois subdivididas. Salvo mencionado, os dados são das 19; há muitas informações não desagregadas pelas 30.

⁷ Salvo quando são estatísticas oficiais das Regiões Administrativas. Neste caso, “Brasília” conota *Região Administrativa I - Brasília*. Contém as “asas” residenciais do Plano Piloto e seu entorno imediato, inclusive Vila Planalto e Setor Militar Urbano. As áreas urbanas conurbadas extrafronteiras do DF não se incluem neste estudo por razões operacionais: ainda estamos a trabalhar as respectivas informações.

Paranoá. No desenvolvimento do Plano, elas foram transferidas para outros sítios da orla lacustre, nas RAs “Lago Norte” e “Lago Sul”. A dicotomia “Brasília” para o todo, “Plano Piloto” para sua área mais emblemática, justifica-se historicamente, está nos sinais de trânsito e no imaginário da população: moradores das cidades-satélites consideram-se moradores de “Brasília”, pois estão num “bairro” da metrópole. Correto: captam a organicidade do todo e a complementaridade de suas partes⁸.

A história da paisagem urbana do DF, contudo, é mais complexa do que sugere a dicotomia Plano Piloto / Cidades-Satélites. Dois pequenos núcleos urbanos preexistiam à capital, cuja configuração remete às cidades vernaculares brasileiras (Planaltina, anos 1810, e Brazlândia, anos 1930); favelas foram autoproduzidas por trabalhadores que migraram durante os estágios iniciais da construção da cidade (depois riscadas do mapa por decisão de governo); na mesma época, acampamentos de empreiteiras foram construídos para abrigar arquitetos, engenheiros, técnicos e trabalhadores manuais, cujos remanescentes ainda existem (um deles viria a ser preciosa lição de urbanismo); princípios do urbanismo moderno foram aplicados no Plano Piloto (embora ele não se reduza a isso) e nas cidades-satélites, que surgiram concomitantemente aos momentos iniciais da construção da capital; há diferenças sensíveis entre o “modernismo clássico” do Plano Piloto e o “pós-modernismo” de tempos recentes; condomínios fechados – a “cidade de muros” – formam o novo modelo de expansão urbana. O modo de crescimento dos núcleos vernaculares, a eliminação das favelas, o surgimento precoce das cidades-satélites (a ocupação da primeira, Taguatinga, iniciou-se em 1958), são facetas do mesmo quadro político-ideológico que informou a concepção do Plano Piloto e seu ulterior desenvolvimento. Compreender as facetas contribui para o entendimento do urbanismo moderno e do projeto de Lucio Costa.

⁸ BRANCO, Maria Cecília C. C. *Brasília: narrativas urbanas*. Branco utilizou a técnica de grupos focais em sua investigação. Em entrevista realizada por Gabriela Tenorio para sua tese de doutorado (em elaboração), um morador de Ceilândia, cidade-satélite a 40 km do Plano Piloto, afirmou: “Brasília é minha cidade. Ceilândia é meu lugar”. (Comunicação verbal da doutoranda.) Vez por outra a discussão ressurge.

A história de Brasília é a de uma trajetória perversa: queda progressiva das qualidades do projeto inicial e agravamento dos problemas de origem – os do “DNA” do projeto. É uma história de oportunidades perdidas: soluções utilizadas em novos bairros e em grandes obras de infraestrutura não contribuem para resolver os problemas ou os agravam. Há novos problemas e novas qualidades – estas, em episódios urbanísticos surpreendentes, independentes das diretrizes do projeto, ou contrários a elas.

A trajetória é repleta de conflitos, mas o foco não está na ação social dos atores (âmbito dos sociólogos) – está nos modos de produção do espaço e, principalmente, na maneira pela qual a resultante arquitetônica está *impregnada* dos valores que se fazem hegemônicos a cada momento, e como isso afeta a vida de moradores e visitantes. Implantam-se configurações que, prática ou expressivamente, reproduzem as forças políticas ou ideológicas dominantes – mas o processo não é desprovido de conflitos. Cidade de extremos, em Brasília isso é particularmente claro – na remoção de uma favela, na preservação dos remanescentes de um canteiro de obras, no tratamento dado aos camelôs, no combate a usos do solo “não conformes”, na política de transportes etc. Conflitos políticos e ideológicos acontecem até em episódios aparentemente banais – na implantação de uma ponte, na localização de um hospital público num bairro de ricos... Sempre vencem os interesses da minoria. Ou quase...

Mas não esperem um livro de história. É um ensaio teórico a sugerir interpretações, embora fronteiras entre teoria e história não delimitem mundos estanques. Sem recurso à história é difícil – senão impossível – desvelar o discurso mítico sobre a realidade atual. Sem recurso à teoria não se faz história séria, sob pena de o resultado ser relato desinteressante sobre pessoas, lugares, eventos. Carece ter uma espinha dorsal advinda de uma teoria – uma *ideia* norteadora que define o que selecionar do fluxo espaço-temporal. Portanto, uma questão de ênfase: a minha é teórica. Sigo no caminho de *O espaço de exceção*⁹, ensaio teórico apoiado em evidência

⁹ Tese de doutorado (1997), publicada em HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*.

milénar para entender uma capital hodierna. Este livro é uma sequência daquele: discuto achados da investigação realizada desde então¹⁰.

O *Capítulo 1 – Apreendendo com os pés* é dirigido a quem deseje aprofundar-se em aspectos conceituais da arquitetura, mas evito um discurso especialista em demasia (fica para os congressos...). O *Capítulo 2 – Dois labirintos* trata da estrutura territorial do Distrito Federal, do funcionamento da metrópole brasiliense como um todo. Os tipos a constituírem a “colcha de retalhos”¹¹ comparecem apenas como elementos do sistema. O *Capítulo 3 – Fascínio duradouro* foca os “retalhos” da colcha mas concentra a atenção no Plano Piloto, objeto precípua da proposta de Lucio Costa. Analiso as qualidades, frequentemente ignoradas pela crítica internacional, e os problemas, alguns contidos na concepção inicial. Discuto novas qualidades e novos problemas, surgidos no tempo. Remato com um *Epílogo: um cenário do desejo, a cidade como deveria ser num hipotético futuro*, superados os problemas e consolidadas as qualidades.

Enfatizo ideias pessoais, mas também remeto a outras, produzidas coletivamente no âmbito do grupo de pesquisa que coordeno – *Dimensões morfológicas do processo de urbanização (DIMPU)*¹². Incluir reflexões de

¹⁰ É também uma sequência de HOLANDA, Frederico (org.). *Arquitetura & Urbanidade*, nos capítulos que tratam de temas correlatos. Desde então, os resultados da pesquisa foram divulgados, p.ex., em: HOLANDA, Frederico de. “Brasília: ciudad moderna, ciudad eterna”; HOLANDA, Frederico de. “Na contramão do apartaide”; HOLANDA, Frederico de. “Be aware of local properties”; HOLANDA, Frederico de. “Urbanidade e reestruturação das cidades: o que nos ensina Brasília?”; HOLANDA, Frederico de. “A praga do infinito e a ressurreição do lugar”; HOLANDA, 2008a, *op. cit.*; HOLANDA, Frederico de. “Brasília: a trajetória perversa – de como danificar qualidades e amplificar problemas”; HOLANDA, Frederico, RIBEIRO, Rômulo, MEDEIROS, Valério. “Brasília, Brazil: economic and social costs of dispersion”; KOHLSDORF, Maria Elaine, KOHLSDORF, Gunter, HOLANDA, Frederico de. “Brasília – permanence and transformations”.

¹¹ A expressão está em MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. *Urbis Brasiliae, ou sobre cidades do Brasil: inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas*.

¹² O grupo teve origem em 1984, com a participação de Benamy Turkienicz, Gunter Kohlsdorf, Márcio Villas Boas, Maria Elaine Kohlsdorf, Mário Júlio Kruger e Frederico de Holanda (então professores da FAU/UnB), ocasião em que se realizou a primeira edição dos *Seminários sobre Desenho Urbano no Brasil*, coordenada por Turkienicz. Outras edições seguiram-se em 1986, 1988 e 1991. O grupo é registrado no *Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil* (CNPq). Dissertações e teses recentes: BARROS, Ana P. B. G. de. *Estudo exploratório da sintaxe espacial como ferramenta de alocação de tráfego*; CASTELO, Luís Filipe Montenegro. *Fissuras urbanas*; PIRES, Camila de Carvalho. *Potencialidades ciclovárias no Plano Piloto*; MEDEIROS, 2006, *op. cit.*; FRANÇA, Franciney Carreiro de. *A indisciplina que muda a arquitetura – a dinâmica do espaço doméstico no Distrito Federal*; MELLO, Sandra Soares de. *Na beira do rio tem uma cidade*; RIBEIRO, Rômulo José da Costa. *Qualidade de vida urbana. proposta de análise sistêmica da configuração, socioeconomia e meio ambiente urbanos*; CAVALCANTE, Antônio Paulo de Hollanda. *A arquitetura da cidade e os transportes: o caso dos congestionamentos em Fortaleza - Ceará*.

companheiros de jornada resulta na variada conjugação dos verbos, a assinalar a autoria: primeira pessoa do singular, primeira do plural, terceira do singular... Não é fácil, porém, distinguir. Sem a rica parceria, pela qual sou grato e orgulhoso, as ideias pessoais talvez não surgissem. E as dos parceiros, na minha ausência, quiçá fossem diversas...

CURRICULUM VITAE



Frederico de Holanda nasceu no Recife, Brasil (1944) e é arquiteto (UFPE, 1966). Doutor em arquitetura pela Universidade de Londres (1997). Professor Associado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, onde ministra desde 1972. Autor de *O Espaço de Exceção* (Editora Universidade de Brasília, 2002) e organizador de *Arquitetura & Urbanidade* (ProEditores Associados Ltda., 2003). Investiga relações entre configuração edilícia e urbana, uso dos espaços abertos públicos, e segregação socioespacial. Tem atuado como professor visitante ou conferencista convidado na Dinamarca, Escócia, Espanha, Estados Unidos da América, Japão, México, Suécia, Uruguai. Coordena o Grupo “Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização” (Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq). É consultor de agências de fomento do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia, no Brasil, e de agências de fomento do exterior. Conta com o apoio do CNPq mediante Bolsa de Produtividade em Pesquisa.